

Projeto de Resolução nº 669/XII/2ª

RECOMENDA AO GOVERNO QUE CONSIDERE O TURISMO RELIGIOSO PRODUTO ESTRATEGICO NO ÂMBITO DO PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo –

O setor do turismo é crucial para a economia portuguesa, apresentando grande relevância para as exportações, Produto Interno Bruto (PIB) e para o emprego.

Portugal deve saber valorizar os seus recursos turísticos, que assentam na sua diversidade, autenticidade e na sua cultura, onde naturalmente está incluída quer a sua riqueza patrimonial, quer imaterial.

Os novos paradigmas ambientais e a diversidade de recursos endógenos tornam este setor fundamental para o desenvolvimento social e ambiental de Portugal.

Este setor é chave para uma estratégia de crescimento económico e desenvolvimento sustentável do país.

O atual contexto de crise económica e financeira, mundial, assim como a conjuntura de forte austeridade em Portugal, tem afetado negativamente este sector sobretudo no que respeita ao mercado interno, com descidas superiores a dois dígitos, mas também ao nível das receitas.

O PENT – Plano Estratégico do Turismo foi aprovado na sua primeira versão em 2007, constituindo desde essa altura o ponto central da estratégia do setor, permitindo aos agentes públicos e privados terem objetivos comuns, o que

aliás foi reconhecido como uma mais-valia por todo o sector assim, como pelos diferentes quadrantes políticos.

Este Plano Estratégico, que se estabeleceu para um horizonte temporal de médio e longo prazo, possui uma visão a dez anos, com um horizonte temporal até 2015. Este Plano tinha desde o início como pressupostos, revisões periódicas, de adaptação à conjuntura, como aliás é natural e tecnicamente aconselhável.

Com a crise de 2008, que teve como sabemos características de duração inesperadas mais se acentuou a necessidade da revisão deste instrumento.

Assim, ainda durante a vigência do anterior Governo, procedeu-se à auscultação das diversas entidades do sector, no sentido da revisão do PENT, e só não foi concretizada dado estar-se próximo do início de um novo ciclo governativo.

No entanto, e após discussão pública, que resultou num documento designado por “PENT propostas para revisão no horizonte 2015-versão 2.0”, ficou à disposição do novo Governo.

Desde a posse do Governo da nova maioria PSD/CDS, em Junho de 2011, que foi anunciada uma revisão do PENT, esperada pelo sector há quase dois anos.

A Assembleia da República, através do Grupo de Trabalho de Turismo, tinha feito audições e visitas às várias entidades regionais de turismo, durante anteriores sessões legislativas e concluiu da necessidade de proceder a algumas alterações, que ficaram estabelecidas nos relatórios e recomendações que foram enviadas ao Governo. Entre essas recomendações, figurava a questão do Turismo Religioso.

Ficou clara, a necessidade de dar maior relevo ao segmento do Turismo Religioso, não só pela importância que tem Fátima em termos de atração de visitantes e turistas, como também o próprio Turismo Judaico, que tem como expoente Belmonte, que como sabemos pode e deve ser valorizado no sentido de atração de turistas estrangeiros.

O exemplo, do Caminho de Santiago é um caso de sucesso que atravessa fronteiras, não só em termos de regiões turísticas, como em termos nacionais, como bem sabemos.

Finalmente, o Governo através do Ministro da Economia e do Emprego entregou, em 11 de Janeiro de 2013 e na sequência da discussão em plenário da AR, um documento designado por “*Plano Estratégico Nacional do Turismo - Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2013-2015*”, que apresentou posteriormente a discussão pública.

Este documento pretende ser a adaptação do Plano em vigor às novas realidades da conjuntura macroeconómica, neste caso, com um horizonte de apenas dois anos.

Uma das grandes mais-valias, do PENT, enquanto documento estratégico era a sua visão de médio e longo prazo, o que neste caso, fica bastante mais limitada.

O documento agora apresentado pelo Governo considera como produtos estratégicos do turismo do nosso país: o sol e o mar, os circuitos turísticos, as estadias de curta duração em cidade, o turismo de negócios, o golfe, o turismo de natureza, o turismo náutico, o turismo residencial, o turismo de saúde e a gastronomia e os vinhos.

O turismo religioso a nível mundial é central na atividade turística e também o é a nível nacional, como acima referimos, contudo, não é considerado estratégico no documento entregue pelo governo em Janeiro passado e designado por PENT - *“Plano Estratégico Nacional do Turismo - Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2013-15”*.

No quadro na discussão da proposta de revisão ao PENT, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que se deve valorizar e autonomizar o Turismo Religioso, enquanto potencial de um produto estratégico e fundamental para o crescimento e desenvolvimento económico sustentável.

As estimativas consideram que o turismo religioso representa hoje 10% das receitas nacionais em turismo, nomeadamente com Fátima a representar a entrada de 5 milhões de turistas em cada ano.

Além de Fátima, outros destinos como Braga e como Belmonte, em termos de turismo judaico representam importantes fatores de desenvolvimento deste segmento, que potencia muitos circuitos.

Igualmente os denominados “Caminhos de Santiago” devem ser valorizados, aproveitando a proximidade com a cidade espanhola de Santiago de Compostela.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados do Partido Socialista apresentam o presente **Projeto de Resolução:**

A Assembleia da República resolve, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar que:

- **O Governo considere o Turismo Religioso como um dos produtos estratégicos a incluir no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) no âmbito da sua atual revisão.**

Assembleia da República, 1 de Abril 2013

Os Deputados,

HORTENSE MARTINS

CARLOS ZORRINHO

ANTÓNIO BRAGA

BASÍLIO HORTA

RUI PAULO FIGUEIREDO

ACÁCIO PINTO

PAULO CAMPOS

MIGUEL LARANJEIRO

NUNO SÁ

IDÁLIA SERRÃO